



O voo do arado

*Museu Nacional de Etnologia
Instituto Português de Museus
Ministério da Cultura*

O voo do arado

*Museu Nacional de Etnologia
Instituto Português de Museus
Ministério da Cultura
Lisboa 1996*

*Biblioteca Nacional
Catalogação na Publicação*

*Brito, Joaquim Pais de, e outros (coords.)
O voo do arado
Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996. 664 p.: il.
ISBN: 972-8137-57-5
CDU 631:39(469)(069.538)*

*Copyright
Museu Nacional de Etnologia
Instituto Português de Museus*

*Primeira edição
Novembro de 1996*

*Depósito legal
n.º 105362/96*

*Digitalização e montagem
Marca, artes gráficas
Impressão e acabamentos
Printer Portuguesa, Lda.*

Coordenação científica
Joaquim Pais de Brito
Fernando Oliveira Baptista
Benjamim Pereira

Coordenação técnica
Paulo Ferreira da Costa
com
Manuel Belo Moreira
Fernando Lourenço

Coordenação editorial
Maria Amélia Fernandes
Clara Vilar

Secretariado
Luís Almeida Vasconcelos
Patrícia Betti Queiroz

Desenhos
Fernando Galhano

Legendas do catálogo
Benjamim Pereira
Paulo Ferreira da Costa

Normalização bibliográfica
Branca Moriés

Revisão de texto
António José Massano

Grafismo
João Botelho
Luís Miguel Castro

Atelier
Teresa Geada
Maria David Castro
Isabel Taquelim
Fernando Correia

Fotografia
Arquivo Nacional de Fotografia

Coordenação
Vitória Mesquita
José Pessoa

Fotógrafo
José Pessoa

assistido por
Tiago Slewinski
Carmen Rosa
Elia Marques

Colaboração
Emília Tavares
Alexandra Ribeiro

Concepção da exposição
Joaquim Pais de Brito
Benjamim Pereira

Montagem da exposição
Alexandre Raposo
João André
José Manuel de Sá
Lurdes Costa
Manuel António Araújo
Manuela Costa

Pesquisa e montagem vídeo
Catarina Alves Costa
Ana Rita Sá Marques

Restauro
Manuela Costa
Maria João Velez

Serviços educativos
José Pedro Caiado
Teresa Albino

Visitas guiadas
Alexandra Sofia Angeiras
Alexandra Leitão
Ana Cristina Henriques

Serviços administrativos
Maria do Rosário Silva
Matilde Domingos
Luísa Barata

Auxiliares
Cristina Silva
Luísa André

Miguel Vale de Almeida

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Pedro Amaro

Instituto Superior de Agronomia

Fernando Oliveira Baptista

Instituto Superior de Agronomia

Cristiana Bastos

Instituto de Ciências Sociais

Joaquim Pais de Brito

Museu Nacional de Etnologia

Carlos Cabral

Instituto Superior de Agronomia

João Castro Caldas

Instituto Superior de Agronomia

Colette Callier-Boisvert

Groupe Anthropologie du Portugal (EHSS)

Maria João Canadas

Instituto Superior de Agronomia

Carmina Cavaco

Centro de Estudos Geográficos

Inocêncio Seita Coelho

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Paulo Ferreira da Costa

Museu Nacional de Etnologia

Bernard Domenech

Université de la Méditerranée, Marseille

Michel Drain

Université de la Méditerranée, Marseille

Adelino Gouveia

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Maria Adosinda Henriques

Centro de Estudos Sociais

Pedro Hespanha

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Virginie Laffon

Groupe Anthropologie du Portugal (EHSS)

João Leal

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Fernando Lourenço

Instituto Superior de Agronomia

Luís Martins

Centro de Estudos de Antropologia Social

Manuel Belo Moreira

Instituto Superior de Agronomia

Ana Novais

Instituto Superior de Agronomia

Benjamim Pereira

Centro de Estudos de Etnologia

José Portela

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Pedro Prista

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Maria Carlos Radich

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Vasco Rebelo

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Manuela Ribeiro

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Joaquim Cabral Rolo

Instituto Nacional de Investigação Agrária

Isabel Rodrigo

Instituto Superior de Agronomia

Orlando Rodrigues

Instituto Politécnico de Bragança

José Manuel Lima e Santos

Instituto Superior de Agronomia

Joaquim Quelhas dos Santos

Instituto Superior de Agronomia

Clara Saraiva

Centro de Antropologia Cultural e Social

José Manuel Sobral

Instituto de Ciências Sociais

Karin Wall

Instituto de Ciências Sociais

Fabienne Wateau

Université de Nanterre/GAP

Índice

19
Apresentação
Joaquim Pais de Brito

1. Identificação e contornos

35
Declínio de um tempo longo
Fernando Oliveira Baptista

77
Imagens de meio século da agricultura portuguesa
Joaquim Cabral Rolo

Práticas e Tecnologias Tradicionais

161
Alfaias agrícolas
Benjamim Pereira

201
Fertilizantes naturais
Benjamim Pereira

217
Coerência, incerteza e ritual no calendário agrícola
Joaquim Pais de Brito

Inovações, Rupturas Tecnológicas

233
Percursos da tecnologia agrária
Maria Carlos Radich/Fernando Oliveira Baptista

253
Sobre a influência dos fertilizantes
Joaquim Quelhas dos Santos

263
A protecção das plantas
Pedro Amaro

2. Retratos localizados de mudança

281
Alto Minho: dos caseiros sem terra à terra sem caseiros
João Castro Caldas

289
**D'une production d'autoconsommation à une production rentable:
le cas de la vigne dans l'Alto Minho**
Fabienne Wateau

301
Soajo dans le Haut-Minho: l'entraide en milieu agro-pastoral hier et aujourd'hui
Colette Callier-Boisvert

311
Famílias agrícolas de operários dos estaleiros navais de Viana
Ana Novais

323
Lavradores, agricultores e jovens profissionais
Isabel Rodrigo

335
Famílias camponesas e mudança social no Baixo Minho
Karin Wall

343
A terra e os camponeses no Barroso
Manuela Ribeiro

359
Expansão e declínio dos bovinos barrosões
José Manuel Lima e Santos

371
Regadios tradicionais em Trás-os-Montes
José Portela

385
**A mudança do espaço rural em zonas marginais:
o caso da Terra Fria Transmontana**
Orlando Rodrigues

207. *Bragança, Labiados. Eira colectiva na proximidade da aldeia, vendo-se a folha do pão e o monte, 1986.*



*A mudança do espaço rural em zonas marginais:
o caso da Terra Fria Transmontana*

Orlando Rodrigues



A questão da mudança do espaço rural em zonas marginais ou desfavorecidas e das actividades que nesse espaço se desenvolvem (sendo, normalmente, a agricultura a mais importante) tem vindo a ganhar grande actualidade. Pela leitura, por vezes apressada, de alguns indicadores económicos e/ou demográficos, conclui-se frequentemente que o abandono da agricultura e, consequentemente, a desertificação do espaço rural nessas zonas é uma evolução inelutável.

Neste texto, propomo-nos abordar esta questão à luz das conclusões de uma investigação recente¹ para o caso da Terra Fria Transmontana².

Como metodologia de exposição, optámos por abordar o tema em três etapas: primeiro, descreveremos o quadro geral da mudança; seguidamente, caracterizaremos a mudança dos modos de reprodução das famílias rurais; e, por fim, apoiados nas conclusões anteriores, abordaremos a mudança das práticas produtivas agrícolas e de gestão do património fundiário.

Em cada uma destas etapas, apoiar-nos-emos numa descrição da sociedade rural tradicional³ para ilustrar a mudança.

1. O QUADRO GERAL DA MUDANÇA: integração/desintegração do espaço rural

Ao longo deste século, a região da *Terra Fria* tem vindo a sofrer mudanças profundas, estreitamente relacionadas com a transformação global da formação social portuguesa.

Barros (1990) analisa o problema da mudança do espaço rural em função do binómio integração/desintegração: a sociedade rural, outrora pluriactiva e multifuncional, conheceu, na sequência da Revolução Industrial, um processo de transformação num espaço social, agrícola, económica e socialmente desintegrado. Este processo correspondeu à transferência das formas artesanais de produção de bens não

agrícolas para a esfera industrial com concentração urbana.

O campo tornava-se assim, no plano económico, um espaço monoprodutivo agrícola, sendo o processo de desintegração completado, no plano social, com a transferência de grandes quantitativos de mão-de-obra para as cidades onde os pólos industriais se desenvolviam.

Ainda segundo este autor (Barros, 1990: 47-48), desenha-se actualmente na sociedade portuguesa uma transformação profunda, “o modelo de desenvolvimento concentrado, inerente à polarização urbano-industrial, entrou em crise”. Este facto, juntamente com outras transformações recentes (novos modos de organização do trabalho na produção industrial, aparecimento de formas de industrialização difusa, des atractibilidade da vida urbana, problemas ambientais, etc.), veio quebrar a “tendência desintegradora que o *industrialismo* imprimiu ao espaço rural. Diversificado no plano das actividades económicas, redimensionado ao nível funcional, complexificado na organização social, o campo ganha capacidade integradora, em novos e bem distintos moldes, em relação à que possuía na época pré-industrial”.

Neste novo quadro, a organização social e a produção agrícola no espaço rural modificam-se, a agricultura a tempo parcial adquire proporções importantes. Como afirma Baptista (1990: 33-34), “emerge uma questão do espaço autonomizada da agricultura; a sociedade rural baseia-se cada vez menos na actividade agrícola; esta já não unifica o espaço e a sociedade rural”. Mas não é apenas a diversificação territorial das actividades económicas que determina o novo quadro de integração espaço rural/urbano; os laços pessoais, marcadamente desenvolvidos pelo progresso dos sistemas de comunicação (físicos ou à distância), e a generalização do *Estado Providência*⁴, relativamente ao qual a distribuição



208. Braçançã, Vilarinho da Cova da Lua. A aldeia envolvida pelas folhas de pão e de restolho, 1986.

geográfica não segue a dicotomia cidade/campo, constituem outros factores que conduzem, mesmo nas zonas marginais, a um quadro de integração do espaço rural marcadamente diferente do espaço rural monoprodutivo (improdutivo) que o modelo de desenvolvimento por concentração urbano-industrial deixaria antever há alguns anos atrás. Mas vejamos de que forma foi evoluindo, na região, o quadro demográfico e económico.

Até ao fim da II Guerra Mundial, a região da Terra Fria registou algum crescimento demográfico em consequência de uma conjuntura externa pouco favorável que impedia a emigração (grande depressão do início dos anos 30, II Guerra Mundial nos anos 40).

Porém, após a II Guerra Mundial, a tendência de crescimento demográfico da região inverteu-se, graças a uma conjugação de dois tipos de factores: por um lado, a já frágil capacidade da região de sustentação de uma população em crescimento agravou-se, mostrando-se incapaz de, face às difíceis condições económicas, assegurar a subsistência da população que gerava; por outro lado,

as regiões litorais configuravam-se como pólos de atracção de mão-de-obra.

Assim, com o arranque do modelo de crescimento baseado na industrialização (apoiado sobre a protecção externa, o condicionamento interno e a manutenção de baixos custos industriais), reforçavam-se algumas cidades do litoral como pólos industriais e, por força do controlo dos preços dos produtos agrícolas, geravam-se nos campos condições extremamente difíceis. Complementarmente, a política florestal, procedendo à florestação de grandes extensões de baldios, potenciava o êxodo das populações rurais em direcção ao litoral onde a industrialização se desenvolvia (sobretudo das classes dos pequenos proprietários e sem terra, desprovidos dos meios de subsistência que o acesso aos baldios lhes permitia).

No início dos anos 60, a crescer a uma conjuntura interna extremamente desfavorável (baixos salários industriais, condições de miséria nos campos), a guerra colonial e a integração europeia criaram as condições para que a emigração em direcção aos países ocidentais industrializados tomasse, durante esta década, enormes

proporções na região da Terra Fria, uma das mais atingidas por este movimento. Após 1974, o êxodo populacional que *esvaziava* as zonas rurais inverteu-se com o retorno de centenas de milhares de pessoas das ex-colónias, a desmobilização militar e a contenção da emigração. A tendência demográfica modificava-se, tendo a região ganho, de 1970 à 1981, 2.803 indivíduos, ou seja, um crescimento populacional de 5,7%. Contudo, em consequência da emigração, a estrutura etária era ainda nitidamente deficitária nos estratos em idade activa, sobretudo nos dos 30 aos 50 anos. Porém, o perfil das idades era marcadamente diferente entre o meio rural e o meio urbano; era sobretudo o primeiro que se manifestava deficitário nos referidos estratos etários, enquanto que os centros urbanos da região revelavam uma estrutura demográfica bastante mais equilibrada e com uma forte proporção de jovens.

A terciarização da economia acentua-se, sobretudo ao nível da Administração Pública e da esfera da distribuição. Os Censos da População de 1981 mostram, para o Distrito de Bragança, um crescimento global da população activa de 3,6%, uma diminuição da população activa agrícola (-24,4%) e um forte crescimento do sector terciário (+79,1%). Contribuíram para este aumento os subsectores da construção, do pequeno comércio e restauração e, sobretudo, a Administração Pública. De uma economia essencialmente agrícola, a região passou para uma actividade económica partilhada entre a agricultura e o sector terciário, mantendo-se a indústria a níveis muito reduzidos.

Por outro lado, a região revelava-se fortemente dependente de fontes de rendimentos não directamente produtivas. De facto, em 1979, a estrutura dos rendimentos das famílias era a seguinte: os salários constituíam apenas 20,3% dos rendimentos globais das famílias (contra 42,1% no Continente), e a totalidade das

componentes produtivas contribuíam com menos de 50% (70,1% no Continente). As transferências correntes, as prestações sociais e os juros asseguravam, assim, mais de metade dos rendimentos das famílias. Durante os anos 80, este conjunto de circunstâncias não se altera significativamente. Porém, a incapacidade de os pequenos centros urbanos da região fixarem os excedentes de população activa que o meio rural e a agricultura vão gerando, acentua-se. De facto, todos os concelhos do Distrito de Bragança perdem população de 81 para 91, e, na região que estamos a analisar, os concelhos de Bragança e de Vinhais perderam, respectivamente, cerca de 6% e 21% da sua população residente. Neste último, houve mesmo diminuição da população na sede de concelho (-12%), tendo, pelo contrário, Bragança revelado alguma capacidade de atracção (+18%).

O mercado do emprego não agrícola, dominado pelo sector terciário, o forte peso da agricultura e a importância das transferências de rendimentos (seja por via da emigração ou das prestações sociais) são, portanto, os aspectos globais que, actualmente, marcam mais decisivamente as condições específicas de reprodução das famílias na região.

2. A MUDANÇA DOS MODOS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS

Como vimos, a reprodução das famílias na Terra Fria faz-se actualmente num quadro de profundas transformações económicas e sociais, a agricultura não é mais o elemento central na reprodução da sociedade rural. Uma grande diversidade de rendimentos e de actividades, uma forte circulação dos indivíduos e uma modificação das práticas e das representações sociais marcam, actualmente, o quadro de vida rural.

Desenha-se, assim, um quadro onde as famílias ligadas à agricultura se articulam fortemente com outras fontes



209. Bragança, França. A faceira dos terrenos irrigados junto à povoação. Ao fundo, os contrafortes da Serra de Montesinho, 1986.

de rendimento. Esta articulação pode fazer-se pela via do mercado do trabalho assalariado ou através de outras fontes de rendimento, como sejam as prestações sociais ou as receitas da emigração. O seu grau pode ser variável: desde a situação mais simples onde, por exemplo, um dos filhos trabalha como assalariado durante alguns períodos, até à situação mais complexa em que um ou vários membros da família têm empregos no exterior. Nestes casos, a agricultura pode tornar-se uma actividade complementar das outras fontes de rendimento, na medida em que contribui com uma pequena fatia do rendimento global da família e apenas ocupa uma reduzida parte do seu tempo total de trabalho.

É possível, portanto, uma grande diversidade de situações em função dos

diferentes graus de articulação das famílias rurais com outras fontes de rendimento. Da diferente capacidade de a exploração agrícola assegurar a subsistência e a reprodução da família (portanto, da dimensão do património fundiário) e da diferencial oferta de empregos não agrícolas dependerá, em boa parte, a explicação da diversidade social e regional do fenómeno. Assim, em zonas de forte industrialização, o carácter de complementaridade da agricultura envolve um número bem mais importante de explorações⁵ do que em zonas com fraca industrialização, como é o caso da Terra Fria. De qualquer modo, ainda que menos importante, a oferta de trabalho existe noutros sectores que não a indústria e, por outro lado, o grande número de famílias na região que beneficiam de prestações sociais e a importância de



210. Bragança, Guadramil.
A rodear a aldeia, o monte florestado, 1986.

outras fontes de rendimentos conferem ao fenómeno da articulação das famílias agrícolas com rendimentos não agrícolas uma dimensão apreciável.

Assim, tomando o universo constituído pelas explorações agrícolas familiares inquiridas pelo RAC de 1979, no que diz respeito à articulação com os mercados de trabalho, constata-se que 34,5% das famílias vendem uma parte da sua força de trabalho fora da exploração agrícola, dividindo-se da seguinte forma: 29,6% aplicam a maior parte do tempo de trabalho fora da exploração, e 4,9% dedicam mais de metade do trabalho disponível à exploração agrícola. Tomando como indicador o chefe de exploração em vez do conjunto da família, conclui-se que 25,8% dos produtores têm uma actividade fora da exploração agrícola. Considerando agora a articulação das famílias com rendimentos exteriores, independentemente da sua origem (trabalho ou outros), constata-se que somente 34,6% das famílias têm rendimentos exclusivamente agrícolas, 29,1% encontram o seu rendimento principalmente fora da exploração, e, para os restantes 36,3%, a agricultura é a principal fonte de rendimentos. Deste modo, a articulação das famílias ligadas à agricultura com os mercados não agrícolas compreende 34,5% das famílias, se tomarmos somente em conta o trabalho, e 65,4%, se considerarmos a existência de rendimentos exteriores, independentemente da sua origem.

Mas vejamos, em traços gerais, de que forma se fazia a reprodução da sociedade rural tradicional e quais as transformações que esses modos de reprodução foram conhecendo ao longo dos últimos anos.

Vários estudos monográficos descrevem a hierarquia da sociedade rural tradicional, na região norte de Trás-os-Montes, como sendo constituída por três grupos fundamentais: *proprietários, lavradores e jornaleiros*⁶.

A estes grupos sociais, correspondiam

distintos modos de reprodução, em boa parte determinados pelas suas diferentes posições face à posse da terra. Contudo, a dimensão do património fundiário não era o único elemento a separar os referidos grupos sociais: o capital humano e simbólico constituíam igualmente elementos de diferenciação, e era o conjunto que modelava os diferentes modos de reprodução.

Assim, no grupo social dos proprietários, para além do aspecto material de evitar a dispersão do património fundiário em cada geração, interessava também garantir a transmissão de um capital simbólico, assegurar a continuidade do prestígio social da família, preservando uma posição social elevada e conceituada.⁷ Isto podia ser conseguido fundamentalmente por duas vias: através do investimento em capital humano, na educação dos filhos, ou, então, por meio de um casamento de prestígio. Portanto, o casamento no grupo social dos proprietários não servia simplesmente para manter a posição patrimonial na sucessão da família, mas devia igualmente proporcionar um capital simbólico importante, prestígio social, posição ou influência política, administrativa ou religiosa.

No grupo social dos lavradores, e sobretudo nos menos abastados, a importância de evitar a dispersão do património era ainda maior do que no caso dos proprietários, uma vez que, sendo menor a dimensão fundiária, a sua divisão implicava um risco muito maior de cada uma das partes resultantes dessa divisão não ser suficiente para assegurar a sobrevivência de uma família, e, nestas condições, o risco de descer na escala social para a condição de jornaleiro estava sempre presente.

Um outro factor determinante da distinção dos modos de reprodução de proprietários e lavradores era o tipo de força de trabalho empregue na exploração agrícola. Os proprietários tinham ao seu serviço um grande

número de criados, ou, então, entregavam o cultivo das suas terras a caseiros. Os lavradores, pelo contrário, dispunham apenas da força de trabalho da família para fazer face às necessidades dos trabalhos agrícolas. Este aspecto introduzia ainda um novo elemento de diferenciação na reprodução das famílias de lavradores; de facto, era necessário assegurar a existência de mão-de-obra abundante na exploração agrícola e, portanto, uma descendência numerosa e o maior número possível de filhos solteiros residindo na casa paterna.

No grupo dos jornaleiros, a não existência de um património a transmitir originava diferenças significativas relativamente aos grupos anteriores. O matrimónio, instrumento fundamental de regulação da transmissão do património nos grupos anteriores, não assumia aqui essas funções. Era, por isso, frequente neste grupo social a coabitação fora do matrimónio, sendo elevado o número de filhos ilegítimos. Os descendentes mantinham-se pouco tempo na casa natal, forçados a procurar a subsistência como jornaleiros ou criados, por vezes longe da aldeia de origem.

As modificações sócio-económicas globais recentes, nomeadamente o crescimento da oferta nos mercados de trabalho não agrícolas e a abertura da comunidade ao exterior, modificaram claramente os modos de reprodução das famílias⁸.

Assim, para as famílias com uma dimensão patrimonial média ou grande, a tensão estrutural de base da sua reprodução na sociedade tradicional, entre a manutenção de um património indiviso ao longo das gerações e a igualdade de direitos entre todos os herdeiros, que era resolvida pelo mecanismo da escolha de um herdeiro informalmente privilegiado e do controle de casamentos, terá sido aliviada pela possibilidade de, pela via da pluriactividade, a reprodução das

famílias ter deixado de ficar exclusivamente dependente da produção agrícola e, portanto, de uma dimensão patrimonial mínima.

Deste modo, a agricultura como actividade principal ou exclusiva limitar-se-á apenas àquelas situações em que a tensão entre herdeiros seja mínima ou não exista. Nos casos em que o número de herdeiros é reduzido ou, então, quando apenas um dos herdeiros fica na aldeia e todos os outros encontraram empregos urbanos bem remunerados e residem longe, será de esperar que o herdeiro que fica assumia a sucessão da exploração agrícola. Os outros herdeiros, ainda que guardem a propriedade das suas quotas de património herdado, cedem-nas sem contrapartidas (ou, então, estas são reduzidas) ao irmão ou irmã que continua agricultor. É possível, desta forma, dispor de uma dimensão patrimonial suficientemente grande para que a produção agrícola possa, por si só, assegurar a subsistência e a reprodução da família. Contudo, o desejo de consolidar a propriedade do património está sempre bem presente e, como pudemos constatar, as famílias com actividade exclusiva ou principalmente agrícola são aquelas que fazem um esforço de acumulação de património fundiário mais forte ao longo da sua vida.

Quando estas condições não se reúnem, seja porque o conjunto do património é muito pequeno ou porque vários dos herdeiros ficam na aldeia, a partilha igualitária em natureza e a pluriactividade de todos os herdeiros são as evoluções mais prováveis.

Os descendentes das famílias de *jornaleiros*, muito pequenos proprietários, sendo obrigados tradicionalmente a circular de aldeia em aldeia para encontrar trabalho, na condição de *criados* ou de assalariados com remunerações reduzidas, encontraram na emigração ou em empregos não agrícolas condições muito mais favoráveis.

Entre os que não emigraram, alguns mantêm a sua residência na aldeia, mas, na maioria dos casos, é através duma actividade não agrícola urbana que asseguram, no essencial, a sua subsistência. A aldeia ganha para estas famílias uma grande importância enquanto espaço de residência, uma vez que, sendo o seu nível de instrução muito baixo, podem apenas aceder a empregos não qualificados e mal remunerados e, nestas condições, dificilmente podem pagar uma residência urbana, necessariamente mais cara do que na aldeia.

Mas, provavelmente, mais importante do que as conclusões relativamente àqueles que se mantêm em relação directa com a agricultura e com a aldeia, é a identificação dos trajectos daqueles que deixaram de estar: os originários dos mais altos e dos mais baixos níveis da hierarquia social. Os segundos, saídos na sua grande maioria pela via da emigração, mantêm apenas relações muito fracas com o espaço rural; enquanto que os primeiros, saídos pela via de um capital cultural mais importante e de empregos urbanos bem remunerados, guardam com o espaço rural laços mais estreitos, alimentados pelo património fundiário que detêm, ainda que se não empenhem directamente na sua exploração.

Caricaturando, podemos dizer que saíram sobretudo aqueles que o puderam fazer “por cima” (descendentes das famílias mais ricas e dotados de um capital cultural importante) e aqueles que não puderam ficar.

3. A MUDANÇA DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS AGRÍCOLAS

Necessariamente que, face a estas transformações dos modos de reprodução das famílias rurais, as práticas produtivas agrícolas se alteraram também significativamente. Para avaliar esta mudança, julgamos ser útil uma breve análise das características da agricultura tradicional. A descrição

que, a este propósito, Virgílio Tabora fazia em 1932 parece-nos ser elucidativa: “Por toda a parte a economia rural tem por base a criação de gado e a cultura cerealífera: – a ceara de centeio e o lameiro são, por isso, as notas típicas da paisagem. (...) O afolhamento bienal, com um ano de pousio, é a regra do sistema de cultura. (...) Nos solos mais profundos e melhor adubados vigora o afolhamento bienal em que entra quase sempre a batata associada às vezes ao milho e, consoante as regiões, um dos dois cereais de Inverno – trigo ou centeio. (...) O gado tem assegurado o sustento essencialmente com a produção dos lameiros.” (Tabora, 1987: 81-84)

O afolhamento bienal, num sistema de campos abertos, e a criação de gado bovino com base na produção dos lameiros eram, pois, os traços mais marcantes da agricultura tradicional. Os sistemas de produção postos em prática (e mesmo a estrutura da propriedade fundiária) adaptavam-se à diversidade natural da região e, atendendo à autarcia das comunidades rurais, à necessidade de assegurar a auto-subsistência da população pela produção agrícola.

A rotação bienal impunha a divisão dos terrenos de cereal em duas folhas e a sincronização da rotação entre todos os agricultores, de forma a que os amanhos de uns não prejudicassem as culturas de outros. Era assim necessário, para que a produção fosse equilibrada de uns anos para os outros, possuir uma dimensão não muito diferente em cada uma das parcelas. Por outro lado, somente os terrenos mais férteis podiam suportar a rotação mais intensiva, que incluía a batata e as culturas forrageiras como o milho e o nabo.

Os lameiros, segundo as suas diferentes características, tinham papéis complementares na produção forrageira ao longo do ano, mas constituíam, no seu conjunto, um elemento indispensável na alimentação dos bovinos. As hortas, em solos mais férteis,

irrigados e próximos das habitações, eram estratégicos para a produção de autoconsumos. Os castanheiros, pela sua importância na alimentação humana e animal, e os bosques de carvalho, pela produção de lenha, constituíam também elementos que dificilmente podiam ser dispensados no quadro de vida tradicional.

Os sistemas de culturas adaptavam-se, deste modo, à diversidade ecológica da região, tirando dela partido. Mas isso significava também que, para poder ter acesso à categoria de lavrador, era necessário possuir um património fundiário composto por todos estes elementos, ou seja, constituído por parcelas em todas as diferentes zonas ecológicas de uma aldeia. Se assim não fosse, seria necessário completá-los com parcelas em arrendamento cuja disponibilidade era sempre incerta, ou, então, ser jornaleiro nas casas mais abastadas. Face à mudança, quais foram, então, as transformações mais importantes das práticas produtivas agrícolas? O declínio da pecuária surge como a nota mais evidente da transformação dos sistemas produtivos tradicionais, o que pode ser explicado por duas ordens de factores: por um lado, a perda de importância dos bovinos enquanto fornecedores de força de tracção, a qual tem vindo a ser substituída pela tracção mecânica; por outro, sendo a pecuária uma actividade com importantes necessidades em mão-de-obra, as quais não são diferíveis, as famílias pluriactivas e, sobretudo, aquelas que não residem em permanência na aldeia muito dificilmente poderão ajustar as suas disponibilidades de mão-de-obra às exigências desta actividade.

Como consequência deste facto, existe uma grande quantidade de lameiros que não são utilizados pelas famílias pluriactivas, e, assim, aquelas cuja actividade é exclusiva ou predominantemente agrícola podem facilmente dispor deles, normalmente em arrendamentos precários ou por troca de alguns

serviços, o que lhes permite praticar uma pecuária extensiva com encargos fundiários muito reduzidos. De forma diferente, as culturas permanentes (essencialmente o castanheiro) pouco exigentes em mão-de-obra, sendo essas exigências perfeitamente conciliáveis com os períodos de disponibilidade da família e proporcionando, aos preços actuais, rendibilidades interessantes, apresentam-se muito mais atractivas face às novas condições de reprodução das famílias.

As culturas cerealíferas, com características intermédias entre estes dois pólos opostos, e desde que a topografia dos terrenos seja compatível com a mecanização, continuam a ser perfeitamente possíveis enquanto a relação de preços se mantiver favorável e são, de facto, praticadas um pouco por todos os tipos de famílias.

Ainda que as restrições das disponibilidades de tempo das famílias pluriactivas joguem um papel grandemente limitativo na escolha das actividades agrícolas possíveis, a produção agrícola toma, mesmo assim, uma importância considerável na reprodução dessas famílias. Naquelas em que o montante de património fundiário é reduzido, a produção agrícola serve sobretudo para fornecer autoconsumos; mas, nas famílias com patrimónios fundiários mais importantes, a produção agrícola permite obter rendimentos monetários não negligenciáveis. Alguns indicadores de vitalidade e de uma significativa intensificação em capital nas explorações agrícolas dessas famílias são elucidativos, como seja o caso da posse de tractor.

Em conclusão, podemos dizer que os vectores mais marcantes da transformação das práticas produtivas agrícolas face ao novo quadro de reprodução das famílias são os seguintes: a pecuária perde importância, sendo apenas praticada pelas famílias cuja actividade é exclusivamente agrícola, as quais,

dispondo de grandes superfícies de *lameiros*, têm tendência a extensificar esta actividade; por outro lado, nas famílias pluriactivas, são as restrições de tempo que são decisivas na escolha das produções agrícolas, as culturas permanentes pouco exigentes em mão-de-obra, e permitindo diferir os trabalhos segundo os períodos de disponibilidade da família, são aquelas que melhor se ajustam ao novo quadro de vida das famílias pluriactivas. Os cereais, embora menos, são também compatíveis com este novo quadro. Por último, as culturas hortícolas mantêm um grande interesse, mas sobretudo para as famílias cujos rendimentos são mais baixos.

4. CONCLUSÃO

Retomando a questão da desertificação do espaço rural, que tínhamos posto no início deste texto, julgamos poder concluir que esta está mais dependente da capacidade dos pequenos centros urbanos da região em fixarem mão-de-obra nos sectores terciário e secundário do que da agricultura. De facto, face à evolução da formação social portuguesa, os modos de reprodução social têm vindo a sofrer mudanças mais ou menos profundas, mas têm igualmente revelado uma grande flexibilidade e capacidade de adaptação à mudança. A agricultura, enquanto base exclusiva de subsistência das famílias, parece tender a reduzir-se a alguns, raros, casos em que determinadas condições particulares se reúnem. Porém, ela pode jogar um papel importante na reprodução das famílias pluriactivas, seja enquanto fonte de rendimentos complementares ou de autoconsumos, seja mesmo enquanto fonte principal de rendimentos, complementada com outras actividades não agrícolas.

Se os pequenos centros urbanos da região assegurarem uma oferta de trabalho suficiente para absorver os excessos de mão-de-obra rural e,

simultaneamente, permitirem satisfazer os novos padrões de consumo e de sociabilização, parece-nos que o espaço rural reganhará uma maior vitalidade, não só pelo papel que pode jogar por via da "pluriactividade agrícola" das famílias rurais, mas igualmente como espaço de residência.

Porém, se os centros urbanos da região não assegurarem esse papel, como parece que tem vindo a ser a tendência nestes últimos anos, grandes quebras demográficas e o abandono da agricultura serão as evoluções mais prováveis, embora esse abandono não origine necessariamente uma perda de interesse pela propriedade da terra e o desenvolvimento generalizado da cultura extensiva (agrícola, florestal, ou de outros eventuais usos da terra). De facto, mesmo perdendo o seu valor de uso imediato, a terra pode, mesmo assim, conservar uma considerável importância enquanto valor patrimonial de reserva, a valorizar futuramente, ou então pelo seu valor simbólico, dificilmente quantificável em termos económicos.

Notas

¹ Cf. Rodrigues, 1992.

² Embora grosseiramente, identificaremos a região da Terra Fria com os concelhos de Bragança e Vinhais. De facto, a designação Terra Fria, ainda que consagrada na terminologia regional, só ganha uma delimitação precisa com base em critérios climáticos ou ecológicos. Nesta perspectiva, alguns autores (Cf. e.g. Gonçalves, 1990) têm estabelecido contornos geográficos para a Terra Fria que não coincidem com esta divisão administrativa, incluindo igualmente partes de outros concelhos (Miranda do Douro, Vimioso, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros). Porém, estes dois concelhos constituem uma zona suficientemente homogénea e representativa da região ecológica da Terra Fria.

³ Utilizamos a designação “sociedade rural tradicional”, não para significar uma organização social estática e imutável, mas apenas para evidenciar as mudanças que esta sofreu após a transformação capitalista da formação social portuguesa (“grosso modo”, a partir do fim da II Guerra Mundial).

⁴ Não se pretende discutir aqui a questão da “dimensão” do Estado Providência. Referimo-nos, sobretudo, às pensões de reforma e de invalidez dos activos rurais.

⁵ Cf. e.g. Reis, 1985; Novais, 1990; Rodrigo, 1990; Moreira, 1984; Lourenço, 1991.

⁶ Cf. e.g. O'Neill, 1984; Descamps, 1935; Willems, 1962; Dias, 1981; Rowland, 1984.

⁷ Cf. O'Neill, 1984: 230.

⁸ Neste ponto e no seguinte, basear-nos-emos em conclusões resultantes de um estudo ao nível de uma aldeia da região. Cf. Rodrigues, 1992.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Fernando Oliveira, “Agricultura, espaço e sociedade rural”, *Actas das 1.ªs jornadas sobre o mundo rural*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, 1990.
- BARROS, Afonso de, “A Sociologia Rural perante a problemática do espaço”, *Sociologia: problemas e práticas*, Lisboa, ISCTE/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, n.º 8, 1990, p. 43-53.
- DESCAMPS, Paul, *Le Portugal: la vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935.
- DIAS, Jorge, *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa, Presença, (1953) 1981.
- GONÇALVES, Dionísio Afonso, “O uso do solo e a construção das paisagens rurais: o caso do Interior de Trás-Os-Montes”, *Actas das 1.ªs jornadas sobre o mundo rural*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, 1990.
- LOURENÇO, Nelson, *Família Rural e Indústria*, Lisboa, Fragmentos, 1991.
- MOREIRA, Manuel Belo, *L'économie et la politique laitière au Portugal*, Grenoble, IREP, 1984 (mim.).
- NOVAIS, Ana, *Os Operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Agricultura* (Tese de Mestrado), Lisboa, 1990 (mim.).
- O'NEILL, Brian, *Proprietários, lavradores e jornaleiras*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.
- RODRIGO, Isabel, “Identidade das mulheres na agricultura familiar: um estudo de decisão no concelho de Barcelos”, *1.ªs Jornadas Sobre o Mundo Rural*, Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, 1990.
- RODRIGUES, Orlando, *Structures foncières et pratiques patrimoniales dans la région de la Terra Fria Transmontana (Portugal)*, Montpellier, Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, 1992.
- ROWLAND, Robert, “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada”, *Ler História*, Lisboa, n.º 3, 1984, p. 13-32, 1984.
- TABORDA, Virgílio, *Alto Trás-os-Montes: estudo geográfico*, Lisboa, Livros Horizonte, (1932) 1987.
- WILLEMS, Emílio, “On Portuguese Family Structure”, *International Journal of Comparative Sociology*, vol. III, n.º 1, 1962, p. 65-79.